

## Índice

<i>Em jeito de introdução</i> .....	9
CAPÍTULO 1 – ENTRE CAVAQUISMO E REVOLUÇÃO <i>INDEPENDENTE</i> .....	17
CAPÍTULO 2 – ENTRE A BLOGOSFERA E A TRINCHEIRA <i>ATLÂNTICO</i> .....	43
CAPÍTULO 3 – ENTRE O PASSISMO E A INTEGRAÇÃO NO SISTEMA .....	113
CAPÍTULO 4 – ENTRE OS POPULISMOS LÁ FORA E CÁ DENTRO .....	141
<i>Em jeito de conclusão</i> .....	223
<i>Fontes</i> .....	231

## Em jeito de introdução

No dia 10 de Novembro de 2020, a bolha mediático-internética das direitas portuguesas é sacudida por um daqueles pequenos terremotos seguidos por enxames sísmicos demorados. Meia centena de intelectuais, liberais e conservadores, lança, através das páginas do *Público*, o «Abaixo-assinado: A clareza que defendemos».<sup>1</sup> Nele, os signatários denunciam a «deriva nacionalista, identitária, tribal», crescente no Ocidente e a conseqüente amálgama das direitas moderadas — conservadoras, liberais, reformistas — com as direitas autoritárias. O alerta pretende esclarecer a direita democrática portuguesa para que reaja tempestivamente contra o abraço mortífero do nacional-populismo antidemocrático e iliberal. Pensado por ocasião das presidenciais norte-americanas de Novembro de 2020 e da ofensiva do Partido Popular espanhol contra o populista Vox, nas Cortes Gerais, em Outubro de 2020, o apelo tem o intuito de marcar a distância entre a tradição liberal-conservadora euro-americana e a direita radical populista. O abaixo-assinado coincide com o acordo escrito entre a coligação PSD-CDS-PPM e o partido Chega, assinado em Novembro de 2020, para garantir o apoio externo da direita populista ao governo de centro-direita, na região autónoma dos Açores. A concomitância dos

---

<sup>1</sup> Mesquita Nunes *et al*, *Público*, 10 de Novembro de 2020.

eventos torna o manifesto um apelo implícito contra qualquer entendimento da direita portuguesa com o nacional-populismo, mesmo que isso prejudique a alternativa de poder anti-socialista. Avançada para separar as águas no campo das direitas, traçando linhas vermelhas intransponíveis, a proposta aquece os ânimos nas direitas liberais e conservadoras antipopulistas, entre os irredutíveis do cordão sanitário e os possibilistas, mais sensíveis ao pragmatismo anti-socialista. Estes últimos, em particular, liquidam os promotores do apelo como *prime donne* dos *media* de regime e das redes sociais, empenhados em cilindrar as lideranças do centro-direita partidário e em reforçar as suas credenciais de respeitabilidade junto das esquerdas. Os primeiros, por sua vez, criticam os detractores por promoverem — nas palavras de Adolfo Mesquita Nunes<sup>2</sup> — um policiamento constante sobre os alegados colaboracionistas com o inimigo, com o intuito de os encostar ao canto da autocensura, sob pena de exclusão da tribo. Uma pressão que prejudica o campo moderado e é promovida — nas palavras de um dos subscritores do manifesto, emblemáticas do nível de tensão — por «profascistas de serviço».<sup>3</sup> O grau de polarização gerado pelo manifesto dentro do campo intelectual e político liberal-conservador é exemplificado eficazmente pelas intervenções, nas frentes opostas, de dois elementos de ponta desta área cultural: Rui Ramos e Henrique Raposo, já mestre e discípulo nos anos de faculdade deste último. No *Observador*, Rui Ramos liquida o manifesto como a «lista negra ao contrário», feita por «denunciante[s] tímido[s]» que apontam, à esquerda, os fascistas que não assinaram.<sup>4</sup> Em resposta no *Expresso*, Henrique Raposo atribui ao artigo de Rui Ramos o mesmo tom persecutório da extrema-esquerda, contra correligionários que, longe de querer aplicar a *cancel culture* aos não signatários, sempre defenderam a liberdade de expressão dos heterodoxos, sejam eles de esquerda ou de direita.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Mesquita Nunes, *A Radical Moderação em Tempos de Polarização*, 17 de Janeiro de 2021.

<sup>3</sup> Samuel de Paiva Pires, *post* Facebook, 11 de Novembro de 2020.

<sup>4</sup> Rui Ramos, *Observador*, 13 de Novembro de 2020.

<sup>5</sup> Henrique Raposo, *Expresso*, 16 de Outubro de 2020.

A polémica despoletada pelo manifesto traça, assim, uma linha de falha, num meio político-intelectual — o liberal-conservador — caracterizado, desde sempre, por uma boa dose de sectarismo interno, mas bastante homogéneo, ao longo dos anos, quanto à sua alteridade face ao fenómeno a montante do radicalismo de direita. Se o abaixo-assinado tivesse surgido apenas um ano antes — a 10 de Novembro de 2019 — ou seja, passado apenas um mês das eleições legislativas de 6 de Outubro, provavelmente não teria surtido o efeito agora registado. Naquela altura, pois, a eleição, inédita, de um deputado da direita populista no parlamento nacional — André Ventura, líder do partido Chega — com pouco mais de 64 mil preferências e 1,3% do eleitorado, tinha ainda escassa relevância na análise dos intelectuais de direita sobre o fenómeno do populismo doméstico e nenhuma incidência nas geometrias partidárias nacionais. Ao longo das duas décadas anteriores, as cabeças pensantes do meio liberal e conservador português tinham traçado um percurso de afirmação da identidade de direita, salpicado por divergências, até importantes, no campo dos valores, mas caracterizado por uma convergência de fundo, reformista e modernizadora, em matérias económicas, políticas, culturais. O trabalho intelectual desenvolvido na primeira década do século XXI, enraizado nas reflexões das últimas duas décadas do século XX, consolidou esta convergência de intenções e traçou uma alteridade identitária face ao vendaval populista, na altura ainda sem expressão organizada relevante na Península Ibérica. A convergência começa a sofrer alguma tensão no *biennium horribilis* de 2016–2018, quando as direitas moderadas euro-americanas têm de engolir os sapos da vitória do «Sim» no referendo para a saída do Reino Unido da União Europeia (23 de Junho de 2016), da eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos da América (8 de Novembro de 2016), da passagem à segunda volta de Marine Le Pen nas eleições presidenciais francesas (23 de Abril de 2017) e da eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República do Brasil (28 de Outubro de 2018). A onda de choque do abaixo-assinado de 2020 revela as fendas que já se vinham abrindo, na direita intelectual, desde os anos conturbados do governo de Pedro Passos Coelho (2011–2015), à sombra da Troika e do programa de resgate económico. Fendas cada vez mais patentes, no caso específico do populismo, nos matizes das

análises políticas de comentadores de primeira linha da comunicação social e das redes sociais. Não se trata, aqui, da distinção entre direita moderada e direita radical, mas da divergência, completamente interna à direita liberal-conservadora, entre a condenação unânime da essência do populismo e a pluralidade de posicionamentos face a temas sensíveis como o reconhecimento da legitimidade dos partidos anti-sistema e da dignidade do eleitorado populista, e como a abordagem correcta da área moderada em relação à sua concorrente radical. Uma divergência eficazmente — embora polemicamente — esquematizada por Rui Tavares com a dicotomia entre a direita «colaboracionista» e a direita «anticolaboracionista» com o autoritarismo iliberal, na senda da relação histórica entre direitas e fascismos, no período conturbado de entre guerras.<sup>6</sup>

Pessoalmente, a polémica gerada pelo abaixo-assinado de Novembro de 2020 surpreendeu-me bastante, porque, habituado a navegar nas águas das direitas radicais e até das extremas, sempre frequentei as crónicas dos intelectuais liberais e conservadores com o interesse do cultor das ideias políticas, mas sem a lupa do investigador académico, o que fez prevalecer em mim, até aí, a ideia da substancial homogeneidade desta área política em relação ao populismo de direita radical. Uma ideia que já tinha começado a questionar durante a escrita do meu livro *A Nova Direita Anti-Sistema. O Caso do Chega*, graças à maior atenção prestada aos comentadores da direita liberal-conservadora. A polémica de Novembro de 2020 alimentou, assim, o estímulo intelectual para dedicar algum tempo ao impacto da polarização política na direita moderada. A decisão, na verdade, é precedente ao manifesto do *Público* e prende-se com o estudo dos efeitos colaterais da circulação das ideias e das práticas da direita radical no Ocidente, objecto das minhas actuais investigações ao abrigo do projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, PTDC/CPO-CPO/28748/2017). Este estímulo intelectual levou-me a ter uma conversa exploratória, em Outubro de 2020, na redacção do *Observador*, com João Miguel Tavares, sobre a relação entre os intelectuais das direitas mais expostos na comunicação social portuguesa

---

<sup>6</sup> Rui Tavares, *Público*, 20 de Novembro de 2020.

e o fenómeno populista. A conversa decorreu apenas um mês antes do polémico manifesto do *Público* e os dois acontecimentos casaram na perfeição, pois João Miguel Tavares alertou-me para as linhas de falha na aparente homogeneidade antipopulista por mim traçada. Como sempre acontece, a conversa exploratória ampliou o mapa da minha investigação. João Miguel Tavares alertou-me, também, para a perspectiva histórica do meu objecto de estudo: para compreender corretamente a postura actual da sua geração intelectual em relação ao populismo era preciso recuar à geração intelectual anterior. Esta formou-se nas páginas d’*O Independente*, desde o fim da década de 1980, entre a parábola cavaquista e a travessia no deserto pós-cavaquista, e protagonizou, no começo do século XXI, a experiência da revista *Atlântico*, imersa na revolução internáutica da blogosfera, berço dos jovens intelectuais de direita, posteriormente activos no passismo e na sucessiva crise da direita. De repente, a investigação sobre os últimos dez anos alargou-se às últimas quatro décadas. Para não me perder no *mare magnum* das vicissitudes da direita portuguesa neste longo compasso temporal e na multiplicidade de actores com intervenção pública de longo curso, decidi seleccionar dois conjuntos de intelectuais de direita: os da primeira geração, nascidos nas décadas de 1950 e 1960, e que fundarão a revista *Atlântico* em 2005; os da segunda geração, nascidos nas décadas de 1970 e 1980 e que, tendo crescido na blogosfera, virão a protagonizar o comentário político de direita nos jornais, nas televisões, nas redes sociais, na última década. Embora a investigação siga o envolvimento constante destas duas gerações na vida política das direitas portuguesas, o foco é a relação delas com o fenómeno populista. O objectivo é, por um lado, perceber porque, em Portugal, os «fazedores de opinião» de ponta da direita se demonstram bastante impermeáveis a este fenómeno crescente no Ocidente e, por outro lado, caracterizar os diferentes matizes desta impermeabilidade, fruto das respectivas formações intelectuais e escolhas de estratégia política. A recolha dos dados foi feita através da análise dos documentos escritos e através das entrevistas. No caso dos documentos escritos, foram privilegiados dois núcleos: a revista *Atlântico*, que representa a primeira experiência orgânica madura dos intelectuais assumidamente de direita, engajados com o combate cultural; os textos publicados

na comunicação social pelos intelectuais da segunda geração sobre o fenómeno do populismo internacional e nacional, na última década. No que diz respeito às entrevistas, foram realizadas dez: quatro com protagonistas da primeira geração e seis com os da segunda. A presença constante destes intelectuais na comunicação social e na vida política faz com que estejam disponíveis, na Internet, muitas entrevistas pessoais, quer de história de vida, quer de análise política, inclusive do fenómeno populista, tornando, em muitos casos, redundantes novas entrevistas presenciais.

O ensaio fotografa uma direita intelectual bastante conhecida pelo seu mediatismo, mas pouco estudada na sua essência político-cultural. Eu próprio comecei a ter consciência dela só graças a dois livros recentes: *Da Direita à Esquerda*, de António Araújo e *A Blogosfera Portuguesa*, de Sérgio Barreto Costa. O presente ensaio avança algumas conclusões analíticas sobre o objecto investigado, mas, como sempre acontece em estudos pioneiros, a sua contribuição mais rica é, possivelmente, a abertura de várias pistas de investigação que poderão ser seguidas e aprofundadas por outros interessados nos trilhos das direitas.

Uma última nota acerca do título. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, a definição de «bolha» para indicar o objecto de análise não tem qualquer conotação valorativa depreciativa. Escolhi este termo não apenas porque se vulgarizou no vocabulário político dos últimos anos, mas também porque foi-me frequentemente referido, ao longo da investigação, nas entrevistas que ia realizando com as testemunhas directas e nas conversas informais que ia tendo com os chamados «informadores privilegiados». O termo «bolha» foi utilizado comigo tanto por protagonistas deste meio intelectual, quanto por observadores externos a ele. Os primeiros utilizavam-no com o intuito de, por um lado, refrear as minhas expectativas em relação ao impacto destes intelectuais na opinião pública portuguesa e de, por outro, trocar com uma certa pretensão de educadores do povo — ou, pelo menos, das direitas — latente neste meio intelectual. Os segundos utilizavam-no com o intuito de salientar as características comuns deste meio, numericamente limitado, urbano, corporativo, algo elitista. A convergência de tantos matizes numa única palavra convenceu-me

a adoptá-la, acompanhada pelas duas especificações de «direita» e «antipopulista». Estes dois últimos termos, incluídos no subtítulo, são importantes para definir, já na capa, o objecto que pretendo apresentar. Ao longo do texto, este objecto será indicado com outras duas especificações: «intelectual» e «liberal-conservador». O primeiro valoriza a característica socioprofissional do objecto de estudo, limitando, implicitamente, o alcance dos dados extraídos da sua análise. O segundo qualifica a identidade política, sem diferenciação entre liberalismo e conservadorismo como variáveis explicativas autónomas do posicionamento face ao populismo. Esta aparente limitação será resolvida nas considerações finais. Pelo contrário, não fica resolvida a questão surgida ao longo da investigação e que, na verdade, não era suposto ser abordada: o impacto real destes intelectuais de primeira linha na opinião pública nacional, pelo menos das direitas, e, consequentemente, no populismo de direita em Portugal. Deixo-a, por enquanto, como mais uma pista para futuras investigações.



## Capítulo 1

# ENTRE O CAVAQUISMO E A REVOLUÇÃO *INDEPENDENTE*

Passado o vendaval da fase revolucionária da transição democrática e estabilizado o processo de normalização política, segundo o modelo liberal-democrático ocidental, as direitas portuguesas encontram abrigo, no princípio da década de 1980, no projecto de êxito da Aliança Democrática de Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Telles. A grande casa dos portugueses não socialistas assume oficialmente uma identidade centrista e moderada, mas amplamente inclusiva também das bases conservadoras e nacionalistas, ao ponto de absorver quase todo o eleitorado potencial dos seus concorrentes mais à direita, reduzidos, nas eleições legislativas de 1980, a um insignificante 0,4% dos votos. No plano partidário, as altas expectativas iniciais de resgate das direitas em democracia são frustradas por acontecimentos trágicos ou pouco edificantes — a morte de Francisco Sá Carneiro e de Adelino Amaro da Costa em 1980, a crise do governo de Francisco Pinto Balsemão em 1983, o fracasso da linha nacional-liberal de Francisco Lucas Pires em 1986, entre outros — atenuados apenas pelos 48% conquistados por Diogo Freitas do Amaral nas presidenciais de 1986 e pela primeira maioria absoluta de Aníbal Cavaco Silva no ano seguinte. Mais promissora aparece, assim, a estação de renovação cultural, animada, dentro e fora

dos partidos, por jovens intelectuais das direitas, vindos tanto da área nacionalista radical, como da área liberal-conservadora. As experiências da revista *Futuro Presente* de Jaime Nogueira Pinto, a partir de 1980, no primeiro caso, e do Grupo de Ofir de Francisco Lucas Pires, a partir de 1983, no segundo, são apenas os exemplos mais relevantes de uma mobilização intelectual generalizada nas direitas portuguesas da década de 1980. Com José Miguel Júdice, António Marques Bessa e Nuno Rogeiro, entre outros, a *Futuro Presente* pretende introduzir em Portugal as novidades das direitas europeias, vindas tanto do campo radical da *nouvelle droite* francesa como do liberal-conservador da *new right* anglo-saxónica. Com António Lobo Xavier, José Luís Nogueira de Brito, António Bagão Félix, José Adelino Maltez, Manuel Queiró, Paulo Portas e Manuel Cavaleiro Brandão, o Grupo de Ofir procura uma ponte entre liberalismo e doutrina social da Igreja para traçar, nas suas palavras, o caminho da sociedade aberta para o futuro de Portugal.

Neste clima, começam a cruzar-se percursos individuais, reveladores não propriamente de uma geração em marcha, mas de individualidades, interessadas no tema da modernização do novo Portugal democrático. Entre estas destacam-se alguns jovens unidos pela experiência de formação intelectual no estrangeiro. Seguindo o caminho tradicional das elites intelectuais portuguesas, estes jovens, nascidos na década de 1960, realizam, nas últimas duas décadas do século xx, parte da sua formação académica — licenciaturas e, principalmente, mestrados e doutoramentos — fora de Portugal, em universidades internacionais prestigiadas, principalmente nas áreas do direito, da história, da economia. A vivência no estrangeiro proporciona-lhes um conjunto de referências não apenas académicas, mas também culturais, algo distintas e separadas da realidade portuguesa da segunda metade dos anos 1980 e da década de 1990. Exemplos destes percursos são Rui Ramos, doutorado em História pela Universidade de Oxford (Reino Unido), Vasco Rato, doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Georgetown (Estados Unidos), após licenciatura e mestrado no Canadá, João Marques de Almeida, doutorado em Relações Internacionais e Ciência Política pela London School of Economics, após mestrado na Universidade de Kent (Reino Unido), ou Luciano Amaral, doutorado pelo European University Institute (Itália). Estes académicos tinham

crescido, na década de 1970, nos liceus de Lisboa, sendo politicamente muito influenciados pela luta de Francisco Sá Carneiro contra a esquerda radical da transição, mas também contra o domínio do Partido Socialista. Nascidos para a política com o líder social-democrata e ideador da Aliança Democrática, estes jovens perdem prematuramente a sua principal referência no começo da década de 1980. Estes anos são determinantes também para os que, entre eles, provêm da esquerda. É o caso de Luciano Amaral, filho de uma operacional da LUAR, e que cresceu, até, numa comunidade *hippy*. No fim da década de 1970, Luciano Amaral começa a questionar a sua precoce orientação de esquerda, graças às discussões políticas com os colegas de liceu, inseridos no renovado activismo de direita dos jovens do ensino secundário do pós-PREC. Esta vivência faz com que ingresse no curso de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa ainda como homem de esquerda, mas já com uma certa predisposição à revisão ideológica, amadurecida definitivamente quando acaba a licenciatura, em 1988. Sensível aos interesses — académicos mais que políticos — de muitos dos seus coetâneos, em desmontar a grelha interpretativa marxista, absorvida nas faculdades de História e Ciências Sociais, Luciano Amaral dedica, não por acaso, as suas teses de mestrado e de doutoramento ao Estado Novo, na senda dos estudos sobre os autoritarismos europeus de Raymond Aron.<sup>7</sup>

A década de 1980 é determinante também para os intelectuais mais novos, nascidos nos anos 1970 e que absorvem, ainda crianças, no seio familiar, o clima polarizado da transição. João Pereira Coutinho, por exemplo, aprende dos pais, ambos licenciados em História e sá-carneiristas da primeira hora, a distinção clara entre liberalismo económico e liberalismo político, este último de forte tendência antiautoritária, em relação tanto à direita como à esquerda. Um liberalismo fortemente enraizado na primazia do indivíduo, na defesa do governo limitado, na necessária abertura à iniciativa privada e na celebração da ideologia burguesa. Estas directrizes marcam as conversas em família, principalmente aquando da morte trágica e chocante do líder social-democrata.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Entrevista a Luciano Amaral, 2 de Abril de 2021.

<sup>8</sup> Entrevista a João Pereira Coutinho, 20 de Abril de 2021.

Miguel Morgado, por sua vez, começa a pensar politicamente na adolescência, na sua cidade natal de Setúbal. A centelha, ainda em forma pouco reflectida, é o anseio anticonformista face às ideias maioritárias, todas muito de esquerda entre os professores da escola e as famílias dos amigos, na Setúbal dos anos 1980. Nesta primeira fase, a revolta não é intelectual, mas apenas reactiva, contra o conformismo de esquerda que sempre o repugnou por o considerar, num instinto ainda algo primário, uma forma de organizar a irresponsabilidade. Numa terra socialista e comunista, o *modus pensandi* ortodoxo da esquerda parecia-lhe uma forma de preguiça intelectual, o fruto do ressentimento, a licença para a hipocrisia, sem sofrer o julgamento moral. Não se trata, contudo, de fascínio para o reaccionarismo. Miguel Morgado reconhece as contribuições dos movimentos de esquerda ao mundo contemporâneo e não sente grande afinidade com a história das direitas, que até rejeita nalgumas das suas expressões dos séculos XIX e XX, não apenas limitadas aos totalitarismos de entre guerras. Também as suas referências nacionais assentam na direita moderada, com destaque para Francisco Sá Carneiro, pela sua perspicácia em compreender, já em 1978, quando Mário Soares ainda andava atrás de improváveis terceiras vias, que o destino de Portugal era a democracia liberal, ocidental, de mercado. E teve a coragem, física e moral, de defender esta opção com sobriedade, carisma e racionalidade, para evitar que Portugal se tornasse uma experiência terceiro-mundista, à sombra das ideias socialistas e do hibridismo eanista. Na Universidade Católica Portuguesa esta rebelião instintiva, este distanciamento crítico, adquirem maturidade intelectual, num primeiro momento através dos estudos em economia e, a seguir, através dos estudos em filosofia política, atenuantes da sua insatisfação com o determinismo económico. É nos clássicos do pensamento político, abordados sem preconceitos e com abertura total, que Morgado constrói a sua identidade de intelectual conservador.<sup>9</sup>

O mote reactivo é comum também a Pedro Lomba. Nascido em 1977, recorda ter crescido no meio social e escolar da periferia de Lisboa, muito virado para esquerda, e de ter reagido contra essa uniformidade,

---

<sup>9</sup> Miguel Morgado, entrevista de Miguel Nabinho, 17 de Julho de 2020.

mas sem qualquer género de saudosismo: sempre racionalizou o 25 de Abril de 1974 como a origem do primeiro regime legítimo da história de Portugal, resgatado, no seu projecto democrático, pelo 25 de Novembro de 1975.<sup>10</sup>

No Norte, Alberto Gonçalves começa a interessar-se por política na Universidade do Porto, onde frequenta, em 1989, o primeiro ano do curso de sociologia, muito conotado com a esquerda radical da Política XXI, partido que concorrerá, posteriormente, à fundação do Bloco de Esquerda (BE). Graças à companhia dos colegas mais à direita, começa a conhecer autores como Edmund Burke e Alexis de Tocqueville, encontrando aí um mundo de ideias mais conforme à sua formação familiar, com o pai sá-carneirista, ligado aos primórdios do PPD/PSD, ainda em 1974. No começo da década de 1990, o interesse de Alberto Gonçalves é meramente intelectual, pois só aos 26 anos começa a votar no PSD, mas, até hoje, sem grande pujança, por nunca ter sentido muito entusiasmo em relação a nenhum partido de centro-direita, inclusive o mais recente Iniciativa Liberal, em que votou só em 2019.<sup>11</sup>

Longe das hostes radicais é também a aproximação à política de Adolfo Mesquita Nunes e de Francisco Mendes da Silva.

Nascido em 1977 em Lisboa, mas tendo crescido na Covilhã, numa família de industriais do sector têxtil, Adolfo Mesquita Nunes respira o clima familiar onde se cruzam identidades políticas do conservadorismo democrata-cristão, do socialismo, do radicalismo de esquerda dos anos da transição. Sem nunca desembocar em ódios, estes projectos de vidas distintos ensinaram-lhe o princípio da igualdade nas diferenças, aplicável na política, mas não só. Filiado no CDS em 1997, Mesquita Nunes evolui do catolicismo progressista do avô — inspirado em Emmanuel Mounier e na revista *O Tempo e o Modo* de António Alçada Baptista —, para o liberalismo, na senda do projecto europeísta e modernizador, para Portugal, de Francisco Lucas Pires e do No Caminho da Sociedade Aberta (Grupo do PPE, 1988).<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Pedro Lomba, *Jornal i*, 4 de Abril de 2014.

<sup>11</sup> Entrevista a Alberto Gonçalves, 3 de Maio de 2021.

<sup>12</sup> Adolfo Mesquita Nunes, entrevista de Anabela Mota Ribeiro, 25 de Agosto de 2021.

Nascido em 1980 em Viseu, Francisco Mendes da Silva começa a identificar-se com a direita na adolescência, mas numa família não particularmente politizada: uma família típica da classe média da província das décadas de 1980 e 1990 — pai advogado e mãe professora secundária —, possivelmente próxima do cavaquismo dos primeiros anos, mas, na década de 1990, já votante do PS, em reacção à segunda maioria absoluta de Cavaco Silva. O clima que se respirava em casa, onde se falava pouco de política, é mais centrista, com laivos de esquerda, vindos ainda da experiência estudantil dos pais em Coimbra, na década de 1970. As primeiras memórias políticas de Francisco Mendes da Silva são do princípio dos anos 1990. Em 1989, com apenas nove anos, participa na campanha eleitoral do pai, candidato nas autárquicas de Viseu com o CDS, não por filiação partidária, mas por amizade pessoal com o presidente incumbente da câmara, Manuel Augusto Engrácia Carrilho (antigo governador civil de Viseu no Estado Novo e pai do futuro ministro socialista Manuel Maria Carrilho). No princípio da década de 1990, o jovem Mendes da Silva confronta-se com um certo anticavaquismo do meio familiar, quando as derrotas autárquicas do PSD começavam a ser saudadas positivamente como sinal de mudança de ciclo. O anticavaquismo familiar faz com que em casa comece a circular o semanário *O Independente*, crítico do primeiro-ministro e lido com assiduidade pelo jovem, já nos seus dez-onze anos de idade. No semanário, Francisco Mendes da Silva lê os textos de Agustina Bessa Luís, de Vasco Pulido Valente e, principalmente, de Paulo Portas e de Miguel Esteves Cardoso, intelectuais que segue também nas entrevistas televisivas, onde aprecia o estilo — nas suas palavras — muito «*rock-and-roll*», em comparação ao cinzentismo da comunicação social da altura. Uma frescura que só posteriormente identifica com a renovação anglo-saxónica dos temas e dos gostos, introduzida pelo semanário. A paixão pelo jornalismo como expressão da opinião, leva Francisco Mendes da Silva a seguir Paulo Portas na sua primeira candidatura parlamentar no CDS de Manuel Monteiro, filiando-se, em 1995, na Juventude Popular.

Estas vivências juvenis da década de 1990 desenrolam-se num clima político no qual o conceito de direita sofre ainda de uma certa indefinição política. Rodrigo Moita de Deus, por exemplo, recorda

ter aprendido, no meio familiar, a clivagem portuguesa entre o campo socialista e o campo «não socialista». Na esquerda, havia o comunismo e o socialismo e, no lado oposto, havia um enorme espaço de «não socialismo». Neste último espaço ninguém se definia propriamente «de direita», não por excesso de pudor, mas porque o definidor político, inclusive por liberais e conservadores, era a pertença ou a não pertença ao campo socialista. O próprio utiliza esta gramática nas primeiras intervenções políticas, em eleições estudantis, quando adere à Juventude Centrista do CDS e, em 1996, ao PSD, no seguimento da eleição de Marcelo Rebelo de Sousa à presidência do partido. Monárquico assumido, Moita de Deus nunca aderiu ao Partido Popular Monárquico (PPM) por considerar a presença dos monárquicos em partidos de massa mais importante que a existência de um micropartido monárquico.<sup>13</sup>

Seguindo cada um o seu caminho, estes jovens testemunham aspectos similares nas direitas portuguesas. Em primeiro lugar, a construção da figura de Francisco Sá Carneiro como o líder pioneiro da normalização da direita em Portugal, após a derrocada do Estado Novo, mas não nos escombros da direita salazarista. Mesmo sem se assumir de direita e, aliás, liderando um partido cioso da sua denominação social-democrata — nome, naqueles anos, ainda de raiz marxista — Francisco Sá Carneiro é o político que legitima o discurso de direita, através da sua agenda de oposição franca ao socialismo, em nome da abertura à economia de mercado e à iniciativa privada. Uma figura que marca a fronteira com a esquerda, mas também que contribui para a clarificação, nos jovens intelectuais, da distinção entre a nova direita democrática e a direita tradicional, herdeira do salazarismo. Na década de 1980, esta distinção ressalta claramente, para estes jovens, nas vicissitudes do partido mais à direita do arco parlamentar — o CDS — com as sucessivas presidências de Francisco Lucas Pires (1983–1986) e de Adriano Moreira (1986–1988). Este último é visto como o resquício do salazarismo em democracia, o símbolo da direita que a esquerda adora e cultiva, para manter em xeque a direita moderna, liberal ou conservadora. Uma direita salazarista nada sedutora para os jovens

---

<sup>13</sup> Entrevista a Rodrigo Moita de Deus, 15 de Abril de 2021.

intelectuais já famintos de imprensa escrita livre, pluralista, janelada, em Portugal, da informação arejada internacional. Lucas Pires, pelo contrário, goza de uma imagem jovem, dinâmica, potencialmente eficaz para projectar o pequeno partido de direita além dos 10%, se não tivesse sofrido o efeito eucalipto de Aníbal Cavaco Silva que frustra a esperada ascensão do líder centrista. Em qualquer dos casos, não é o CDS, mas o PSD que, na década de 1980, conquista os jovens intelectuais interessados na grande casa das direitas nacionais e populares.

A política partidária não é, contudo, o interesse principal destes intelectuais. Estão mais atraídos pela renovação cultural que pode ter impacto também na esfera política e, principalmente, na modernização de Portugal. A última década do século xx é uma época ainda não tocada pela aceleração da informação, proporcionada hoje pela Internet. A penetração de ideias novas, em Portugal, continua ainda bastante afunilada e os raros jovens, formados nestes anos no estrangeiro, funcionam como vectores das novidades vindas de fora. Isso vê-se muito, por exemplo, na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, que começa a ter um impacto importante no debate sobre liberalização da economia em Portugal. A queda do Muro de Berlim, em 1989, e o colapso da União Soviética, em 1991, agudizam o processo. Até àquela data, as direitas convergiam apenas num forte anticomunismo, sustentado na visão normativa do Comunismo — acentuada pela experiência do PREC, em 1974–1975 — como algo de substancialmente mau, que merecia ser combatido. Fora do anticomunismo primário, as direitas divergiam profundamente sobre o percurso a encetar para liberalizar a economia e para acompanhar as mudanças sociais nos valores.

A fractura segue, mais uma vez, a distinção indicada por António Araújo entre a direita tradicional e a direita pós-moderna: a primeira ainda muito conservadora e ligada ao magistério da Igreja e a segunda mais descomprometida, desejosa da aceleração económica e da aberta à mudança nos costumes.<sup>14</sup> A tensão vive-se também dentro dos dois maiores partidos do centro-direita — PSD e CDS — cujas bases mais conservadoras estavam disponíveis para seguir as elites à procura de

---

<sup>14</sup> António Araújo, *Da Direita à Esquerda*, p.32.



fórmulas modernizadoras nos temas económicos, mas mantinham-se algo impermeáveis às inovações em matérias ético-morais. Este impasse é quebrado não pelos protagonistas das direitas partidárias, mas pela direita cultural, com o aparecimento, em 1988, do semanário *O Independente*. O semanário surge com o propósito declarado de revolucionar a direita, dando voz às suas componentes não tradicionalistas, através de uma linguagem mais aguerrida, plural e contemporânea. Nas palavras de dois dos seus colaboradores, o jornal é «fermento de uma nova direita [...] conservador, patriota, liberal», contra-hegemónico face ao domínio social-democrata da área não socialista.<sup>15</sup> A vontade de reproduzir a pluralidade das direitas modernizadoras representa uma janela de oportunidade para muitos intelectuais, colaboradores e leitores do semanário, que, nas colunas d'*O Independente*, dão os seus primeiros passos de intervenção pública.

Ao longo da última década do século XX e da primeira do século XXI, *O Independente* atravessa diferentes fases, marcadas pelas mudanças de direcção — Paulo Portas, Constança Cunha e Sá, Isaiás Gomes Teixeira, Inês Serra Lopes, Miguel Esteves Cardoso — sendo a fase inicial de Paulo Portas e Miguel Esteves Cardoso a mais marcante para os jovens intelectuais liberal-conservadores. Se Paulo Portas é o codificador da linha editorial aguerrida do semanário, Miguel Esteves Cardoso é o artífice da inovação na linguagem cultural. Uma aptidão já demonstrada na sua colaboração com o semanário *Expresso*, onde começa a falar dos Joy Division, das bandas de Manchester do pós-punk dos anos 1980, temas musicais que traz, agora, para o Caderno 3 d'*O Independente*. Esta renovação cultural na música, nos filmes, nos autores, é inédita para os leitores médios d'*O Independente*, mas representa uma bagagem já consolidada nos jovens académicos com vivência no estrangeiro, entusiastas da inovação linguística e visual introduzida pelo semanário na imprensa portuguesa. Esta geração vibra com as colunas de Paulo Portas e de Vasco Pulido Valente, cuja escrita é caracterizada por um estilo rápido, directo, claro, fácil de entender, muito diferente da prosa burocrática, carregada de floreios queiro-sianos e de narrativas redondas, repleta de pontuação, dominante na

---

<sup>15</sup> Filipe Santos Costa e Liliana Valente, *O Independente*, pp.17–18.

imprensa da altura, no *Expresso*, no *Diário de Notícias*, entre outros. Com dezoito anos na altura, Alberto Gonçalves recorda claramente a impressão que lhe fez *O Independente* quando comparado com o *Expresso*, que lia regularmente desde os seus treze anos. Naquela altura, Alberto Gonçalves folheava o novo semanário não como leitor de direita, mas como adolescente atraído pela influência anglo-saxónica dos textos de Miguel Esteves Cardoso e de Vasco Pulido Valente, bastante diferentes da cultura portuguesa clássica ainda muito afrancesada.

Cativante é também o grafismo dinâmico das capas d’*O Independente*, que passam a ideia de uma direita aguerrida, moderna, capaz de combinar, também nos valores, liberalismo com conservadorismo, em contraste com a imagem tradicional da direita, chata, beata, de «fato, gravata e cartola». Esta visão liberal-conservadora dos colunistas d’*O Independente* traz muito a marca da passagem por Oxford de Vasco Pulido Valente e de Miguel Esteves Cardoso — este último, até, britânico por costela materna — e da forte simpatia de Paulo Portas pela cultura *tory* britânica. Trata-se de referências ainda não muito comuns em Portugal, estimuladas principalmente por Miguel Esteves Cardoso, com o seu estilo culto, acutilante e brilhante. É ele, por exemplo, que traduz para português o texto *On Being Conservative*, de Michael Oakeshott, e que divulga a obra de Edmund Burke. Por trás desta actividade não existe um projecto político específico, apenas o gosto pela circulação das ideias. E isso vai ao encontro dos desejos dos leitores mais novos, que apreciam o exercício de ruptura do semanário com tudo o que se publicara até então em Portugal, principalmente no âmbito cultural. No fundo, *O Independente* dá corpo a uma maturação intelectual, mais que política, já em acto, latente, nas direitas portuguesas. Isso torna *O Independente* um jornal de referência, graças à forma como Esteves Cardoso faz troça do provincianismo estilístico até da direita portuguesa (as meias brancas de Aníbal Cavaco Silva são um dos alvos do semanário), mas, no testemunho de Rodrigo Moita de Deus, usando o cunho anglo-saxónico apenas como cenografia de fundo, sem querer impingir princípios políticos improváveis para a direita mediterrânica. João Pereira Coutinho recorda a história do primeiro encontro entre Paulo Portas e Miguel Esteves Cardoso, numa livraria, os dois procurando um livro de Michael Oakeshott: a história é

provavelmente apócrifa, mas define bem esta geração, muito mais que qualquer teoria política, porque Oakeshott é um conservador *sui generis*, mesmo dentro da tradição anglo-saxónica. O seu conservadorismo — referência para os jovens portugueses de direita da década de 1990 — reconhece ao poder político a função de manter a ordem que permita a existência de direitos e deveres, sem, contudo, amarrar a sociedade a um rumo predeterminado. Ou seja, posta a ordem, os indivíduos devem ser livres de determinar a sua vida, de preferência sem intervenção do Estado. Estas sugestões culturais tornam *O Independente*, aos olhos dos jovens intelectuais, menos um baluarte das direitas e mais uma fonte de conteúdos inovadores, dentro da panóplia de imprensa nacional que devoram. O fascínio cultural mais que político é evidente no apreço por Vasco Pulido Valente, não propriamente um emblema da direita nacional: tendo crescido num meio familiar de esquerda republicana, forma-se na oposição anti-salazarista da revista *O Tempo e o Modo*, com a sua componente católica progressista. Nas páginas d’*O Independente*, Pulido Valente sobressai pelo estilo da escrita e pela qualidade da análise política, sempre com um trago de rigor académico, que conquista os jovens intelectuais. Pedro Lomba confirma esta atracção: tendo apenas dez anos quando *O Independente* aparece, em 1988, começa a lê-lo assiduamente só muito mais tarde, quando inicia a sua colaboração com o suplemento do *Diário de Notícias*, *DN Jovem*. Os seus colunistas de referência são Vasco Pulido Valente, Paulo Portas e João Bénard da Costa, pela liberdade de escrita e apuramento estilístico. Uma atracção puramente intelectual, pois o projecto político — a tal cultura da indignação — causava-lhe muitas reservas.<sup>16</sup> Diferente é, pelo contrário, a perspectiva de Henrique Raposo, nisso desalinhado da sua geração: aproxima-se aos intelectuais liberais mais novos no princípio do século XXI, por gostar da maneira como introduzem a perspectiva liberal e conservadora nas suas resenhas sobre livros, música, a vida do dia a dia, seguindo o estilo de Miguel Esteves Cardoso. Naquela altura, *O Independente* em si não lhe dizia muito: tendo vivido a adolescência num meio social onde aqueles semanários não costumavam circular, começa a lê-lo só muito tarde, para os ensaios

---

<sup>16</sup> António Sarmiento e João Madeira, *Jornal Económico*, 3 de Fevereiro de 2017.

que ia escrevendo na sua actividade de jornalista, mas sem encontrar nele nada de empolgante. Aliás, em 2018, Henrique Raposo escreve, para o *Expresso*, um ensaio sobre Vasco Pulido Valente — que lhe valerá uma dura zanga com o visado —, no qual salienta a ausência de um pensamento estruturado neste intelectual. Para o autor do ensaio, a reverência da direita a um intelectual que, em qualquer país europeu, estaria no centro-esquerda, é sintomática da minoridade cultural desta área deserta de vozes conservadoras perante a maré intelectual de esquerda.<sup>17</sup>

A proximidade dessa geração com *O Independente* como vector de renovação cultural, mais que de combate político, é patente no testemunho de João Pereira Coutinho, estudante de História, nos anos 1990, na vertente de história da arte, na Universidade do Porto. Colaborador do semanário desde 1998, com apenas vinte e dois anos, João Pereira Coutinho não vive *O Independente* como o baluarte da direita no combate à dominação da esquerda. Na segunda metade da década de 1990, a direita já não é pintada como o bloco monolítico da reacção, demonizado nos anos do PREC. Persiste, nos partidos do espaço não-socialista, a prudência em evitar o rótulo de direita, mas o termo em si já não carrega a carga pejorativa do pós-25 de Abril. Os jovens nascidos na década de 1970, e que começam a intervir no espaço público na véspera do novo milénio, já não sofrem o assédio vivido pelos colegas mais velhos nas escolas secundárias e nas universidades dos últimos anos da transição. Quando se aproximam ao mundo das ideias e da cultura já têm à disposição uma pluralidade de fontes não-marxistas, tanto na imprensa — o *Expresso*, o *Semanário*, o próprio *O Independente* —, como na televisão — as recém-fundadas SIC e TVI —, o que torna um tanto bizarra a ideia do assédio cultural de extrema-esquerda. A diversificação de oportunidades é reforçada pela multiplicação de universidades privadas que começam a surgir em Portugal e oferecem, aos jovens intelectuais de direita, a possibilidade de leccionar e interagir com os alunos, criando redes de afinidade ideológica.

Esta percepção é comum também aos intelectuais mais velhos. Estudante de direito na Universidade Católica de Lisboa, Pedro Marques

---

<sup>17</sup> Entrevista a Henrique Raposo, 15 de Abril de 2021.

Lopes reconhece a existência de uma conduta generalizada de esquerda, mais que de uma pressão propriamente dita, no Portugal das últimas duas décadas do século xx. Uma conduta contra a qual muitos reagem, sem terem bases ideológicas estruturadas por trás. O mote reactivo foi-se apurando, ao longo dos anos, graças à intervenção, no espaço público, de intelectuais não de esquerda e com interesses culturais diferentes do conservadorismo nos costumes, típico da direita tradicional portuguesa. Estas aberturas liberais influenciaram-no muito, tanto que nos anos da universidade já sentia algum desconforto em relação àquela direita conservadora, impermeável a qualquer progressismo.<sup>18</sup>

Tudo isso acontece fora do âmbito do Estado, entre imprensa, televisão e universidades privadas, e promove a sensação de pertença a uma comunidade empenhada na libertação da sociedade da presença dominante do poder público. Exemplo disso é o Instituto de Estudos Políticos (IEP) da Universidade Católica Portuguesa, fundado em 1997. Dirigido por João Carlos Espada — com um passado na esquerda radical e um presente na direita, graças também à vivência académica no estrangeiro: doutorado em Ciência Política na Universidade de Oxford (1990–1994) e docência nas universidades de Brown (1994–1996), Stanford (1996) e Georgetown (2000) — o IEP é um dos poucos centros, em Portugal, onde os estudantes têm, no princípio do século XXI, contacto profundo com autores liberais e conservadores do calibre de Michael Oakeshott, Roger Scruton, Isaiah Berlin, mas também Martin Heidegger e Carl Schmitt, geralmente marginalizados nas faculdades públicas de Ciências Sociais e Humanas, orientadas mais à esquerda. Nos cursos de pós-graduação do IEP formam-se intelectuais como Paulo Sande e Pedro Norton, João Pereira Coutinho, Miguel Morgado, André Azevedo Alves, Bruno Mações, João Marques de Almeida, Lúcia Franco e outros vindos de licenciaturas diferentes nas universidades públicas. O IEP é um projecto eminentemente académico, mas funciona como importante centro de confluência, conhecimento mútuo e formação cultural de jovens com um papel de relevo no *aggiornamento* da direita intelectual nas primeiras décadas do século XXI.

---

<sup>18</sup> Entrevista a Pedro Marques Lopes, 28 de Abril de 2021.

No lado público, a Nova School of Business and Economics (NSBE) — antiga Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, fundada em 1978 — é outro centro importante, com intervenção de relevo de capitais privados, onde começam a ensinar e investigar, ainda muito novos, os professores formados no Estados Unidos da América, como Jorge Braga de Macedo e António Nogueira Leite ou, já em 1998, Luciano Amaral, que trazem uma visão muito internacionalizada, favorável à promoção do mercado e à colaboração entre academia e partidos de centro-direita, para a liberalização desenvolvimentista de Portugal. A oferta variada de fontes de informação, de formação e de emprego faz com que os jovens intelectuais da década de 1990 não tenham de todo a ideia de ir para as trincheiras para lutar contra o inimigo de esquerda. Os redutos culturais controlados pela esquerda marxista, nas artes, no teatro ou no cinema não exercem, assim, uma pressão na sociedade, nas escolas ou na universidade tão forte ou capaz de mobilizar os jovens intelectuais de direita. João Pereira Coutinho caracteriza esta sua «outra geração de 70»<sup>19</sup> como individualista, hedonista, narcisista, estruturalmente antiutópica e preocupada em satisfazer os interesses intelectuais pessoais, em procurar o que lhe dá prazer. Uma geração bem retratada nos filmes de Richard Linklater. Instrumentos como *O Independente* são, assim, pontos de combinação possível entre a dimensão liberal antiautoritária em política e a dimensão libertária nos costumes, relacionados com temas novos para as direitas, como os modelos alternativos de vida, o uso das drogas, o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O conservadorismo dos costumes é, assim, desafiado pelo libertarianismo individual. Não se trata de projectos direccionados à reestruturação partidária das direitas, embora o Paulo Portas d’*O Independente* já mostrasse alguma tendência para influenciar o CDS, colocando em cima da mesa, por exemplo, o tema do eurocepticismo, como já tinha feito Miguel Esteves Cardoso na sua candidatura europeia pelo PPM, em 1987. O que apaixona os jovens intelectuais é a dimensão liberal e anárquica, parecida com o *tory anarchism*, de valorização da dimensão individual face à social e à política. Na primeira metade dos anos 1990, esta bagagem cultural

---

<sup>19</sup> João Pereira Coutinho, *Sábado*, 17 de Fevereiro de 2018.

muito presente n' *O Independente* tem um forte impacto nas direitas e chegará a fazer escola para a acção na imprensa actual.

Na dimensão política, o sucesso d' *O Independente* deve-se, em parte, à sua postura de confrontação com os governos social-democráticos da altura, liderados por Aníbal Cavaco Silva. O semanário expressa a irreverência de uma parte das direitas face ao *statu quo* da direita do poder. Capitaliza o snobismo da direita intelectual, horrorizada com as alegadas limitações culturais do primeiro-ministro e as suas repercussões na acção reformadora, causa de desilusão por muitos dos que tinham apostado nele. Os jovens intelectuais estrangeirados da altura têm hoje uma visão bastante mais condescendente com o cavaquismo. Vasco Rato, por exemplo, reconhece ter gostado da irreverência d' *O Independente* face às elites do poder, no país do respeitinho, embora não partilhasse dos excessos de anticavaquismo do semanário, por considerar o trabalho do primeiro-ministro substancialmente positivo, à luz dos condicionalismos da altura. Uma condescendência influenciada pela sua filiação no PSD já em 1988–1989: um compromisso partidário de longo curso, não muito habitual entre estes intelectuais, cujas colaborações com os partidos políticos do centro-direita foram pontuais, sendo as orgânicas muito recentes.<sup>20</sup> Para João Marques de Almeida, a sua geração tinha uma postura ambivalente em relação ao Cavaco Silva da altura, mas acabava por prevalecer o julgamento positivo, por considerarem aquelas maiorias governativas a continuação da luta de Francisco Sá Carneiro para a libertação de Portugal dos projectos das esquerdas.<sup>21</sup> Uma luta balizada pelo liberalismo na economia e pelo conservadorismo nos valores, inserida no clima da nova arrancada das direitas na cena internacional, na onda de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margaret Thatcher no Reino Unido, ambas figuras de referências para esta geração. O presidente norte-americano representava o renovado empenho anticomunista na Segunda Guerra Fria. A dama de ferro, por seu lado, era olhada com interesse pela forma de lidar com a contestação laboral, numa situação de tensão similar à vivida em Portugal, inclusive ao longo dos anos 1990, com

---

<sup>20</sup> Entrevista a Vasco Rato, 17 de Março de 2021.

<sup>21</sup> Entrevista a João Marques de Almeida, 5 de Março de 2021.

as greves, os bloqueios, as universidades como palco da mobilização das esquerdas marxistas. A primeira-ministra britânica representava um modelo de abordagem da relação problemática Estado-Sociedade, muito forte no Reino Unido, como em Portugal: a resolução da crise dos mineiros em 1984-1985 e a privatização do parque habitacional público (*Council housing*) de 1986 são exemplos de batalhas presentes na agenda das direitas da década de 1980. Paulo Pinto Mascarenhas, aliás, recorda como, na esteira do reaganismo e do thatcherismo, se formaram os líderes da direita europeia dos anos 1990, perante a crise do comunismo ortodoxo, a crise da nova esquerda vinda dos anos 1960 e 1970, e também a crise da social-democracia, incapazes de codificar alternativas credíveis ao liberalismo. São estes os anos do *New Labour* de Tony Blair no Reino Unido e da presidência de Bill Clinton nos Estados Unidos da América, com as fórmulas da terceira via não radical, já amplamente comprometida com o neoliberalismo dos anos 1980. Os jovens intelectuais de direita consideram estes políticos da esquerda renovada pouco sérios e algo postiços face aos líderes emergentes das direitas liberais europeias. Uma perspectiva que continua na alvorada do século XXI, sempre dentro da esfera de influência de PSD e CDS, sem veleidades de criação de novos partidos liberais ou conservadores.

A primeira leva de intelectuais liberal-conservadores olha para Aníbal Cavaco Silva como a encarnação possível, em Portugal, desta nova direita ocidental. Já a partir da sua primeira maioria relativa de 1985, apreciam a capacidade de Cavaco de gerar estabilidade política logo nos primeiros anos de mandato e de conquistar, até, sectores moderados do centro-esquerda. É o caso do Partido Renovador Democrático (PRD), surgido à volta do pragmatismo do Presidente da República Ramalho Eanes, na tentativa de resolver a instabilidade política herdada ainda dos três governos técnicos de iniciativa presidencial do fim dos anos 1970. A operação PRD causa uma hemorragia importante de quadros e eleitores do PS que transitam para o cavaquismo uma vez extinto o fogo fátuo deste partido eanista. Até aí, o PSD nunca tinha alcançado 30% dos votos e, de repente, em 1987 e em 1991, Aníbal Cavaco Silva conquista duas maiorias absolutas. A atracção de parte do eleitorado de centro-esquerda e o esvaziamento do eleitorado do CDS explicam, assim, a percepção, por parte destes jovens intelectuais,



do PSD como a grande casa das direitas em construção. Mas também justifica a insatisfação crescente com o primeiro-ministro — e aqui dá-se a identificação com a linha editorial d’*O Independente* —, por não materializar e liderar a desejada renovação liberal e cultural das direitas.

Na casa dos trinta anos no princípio da década de 1990, estes intelectuais têm a sua primeira oportunidade de intervenção pública quando, n’*O Independente*, João Amaral migra para o *Semanário* de José Miguel Júdice, em ruptura com Paulo Portas e Miguel Esteves Cardoso. Estes dois últimos abrem, assim, o jornal a colaboradores mais novos. É o caso, por exemplo, de Paulo Pinto Mascarenhas, trazido para *O Independente* por Vasco Rato, do qual tinha sido aluno de Relações Internacionais, na Universidade Lusíada. Também ele recorda a sua atracção por uma direita de cultura, representada por Miguel Esteves Cardoso, e, ao mesmo tempo, de crítica do poder, com as capas das sextas-feiras a desvendar alegados casos de corrupção.<sup>22</sup> No semanário, Mascarenhas chega a editor da página internacional, onde convida a colaborar gente da sua geração, como João Marques de Almeida e Rui Ramos. É a primeira vaga de jovens intelectuais de direita, à qual se seguirá, mais tarde, a dos mais novos, como Pedro Mexia e João Pereira Coutinho, este último sugerido à direcção do semanário por António Barreto. A partir das páginas d’*O Independente*, estes intelectuais pretendem oferecer uma contribuição arejada a um país ainda percepcionado como paroquiano e fechado na imagem de Portugal dos Pequenitos, do respeitinho. Pretendem oferecer uma fórmula de direita para a rebeldia, a reivindicação, a maior exigência, em contraposição à auto-satisfação e à autocomplacência. Na perspectiva deles, só uma cidadania mais exigente consigo mesma e com o Estado pode aspirar a um Portugal mais dinâmico, aberto, livre e concorrencial, corporizado por uma sociedade civil menos amorfa, hesitante e bloqueada por medos e receios. O anticavaquismo é, portanto, sinónimo de aposta no pluralismo interno à própria direita, em ruptura com a tradição de reverência face à autoridade. O estímulo intelectual é a procura da maneira mais eficaz de abanar os inibidores culturais dos

---

<sup>22</sup> Entrevista a Paulo Pinto Mascarenhas, 1 de Março de 2021.

portugueses, para promover o desenvolvimento do país, dentro do marco da União Europeia, recém-integrada em 1986. O consulado de Cavaco Silva não estava a responder a este estímulo intelectual, por ter apostado tudo na dimensão económica e ter desvalorizado por completo a dimensão cultural, ideológica e política, contribuindo, assim, para a cristalização dos inibidores na sociedade civil e na direita política.

Segundo Paulo Pinto Mascarenhas, a sua geração de jovens de direita rebelava-se contra o anacronismo de um país com uma esquerda radical assumida — o PCP desde 1974 e o BE a partir de 1999 —, mas sem uma direita igualmente assumida. Não tendo o mito marxista da História feita pelas massas, mas sim o fascínio pelos indivíduos forjadores da História —, são os anos de Ronald Reagan, de Margaret Thatcher e de João Paulo II que derrubam o Muro de Berlim — estes jovens sentem uma forte insatisfação com as hesitações dos protagonistas do espaço português não socialista: com a recusa de Aníbal Cavaco Silva em se assumir como líder de direita, com o centrismo irredutível de Diogo Freitas do Amaral, sempre pronto em rejeitar a direita, mas disponível às contorções ideológicas que o levarão até ao governo socialista de José Sócrates. A realidade da política partidária aparece, assim, totalmente desajustada face às experimentações extra-partidárias, como a d’*O Independente*, que, pelo contrário, demonstram a possibilidade e a receptividade para uma direita moderna, arejada, animada não por trogloditas, mas por apreciadores de livros, de música, de teatro, de cultura. Uma direita balizada pelo liberalismo e pelo conservadorismo, mas não atolada na tradição marialva do fado e das touradas, nem obcecada com a fundação de um partido liberal ortodoxo.

O reconhecimento do papel anti-socialista dos governos de Aníbal Cavaco Silva, mas também das suas limitações para uma renovação estrutural de longo curso, é ponto assente em praticamente todos os intelectuais da primeira e da segunda vaga. Luciano Amaral recorda ter começado a interessar-se pela direita em 1988, graças à leitura do livro de Raymond Aron, *The Committed Observer*. Naquela altura, não se considerava, ainda, um homem de direita, mas começa aí o seu percurso intelectual de abertura à crítica do comunismo — húmus cultural de tradição familiar —, na véspera da queda do Socialismo

real. O turbilhão intelectual do princípio da década de 1990 ajuda-o a tomar consciência da sua insatisfação latente com a retórica catastrofista da esquerda em relação a Cavaco Silva, apresentado, no debate político, mediático e intelectual, como uma reencarnação de Salazar, prestes a amarrar Portugal num novo autoritarismo. Uma narrativa totalmente incompatível com a realidade das duas maiorias absolutas conquistadas em eleições legislativas livres, no respeito absoluto das regras do jogo democrático, que deveriam excluir qualquer tentativa de deslegitimação do adversário. Mais que simpatia por Cavaco Silva, trata-se da aceitação do rotativismo normal nas democracias, nas quais não pode haver espaço para ódios viscerais em relação aos adversários políticos. Um rotativismo que desperta, em Luciano Amaral, a curiosidade para os partidos de direita, exactamente por representarem «o outro», o diferente, em comparação à sua área de proveniência. Tendo crescido na esquerda, é sensível à contradição insanável entre a apologia dos autoritarismos socialistas e a aceitação sincera das regras do jogo democrático. Já próximo do liberalismo, o jovem historiador não compactua com o rótulo de fascista colado a Cavaco Silva, com a identificação da direita com o mal absoluto, com os dois pesos e duas medidas em relação aos autoritarismos bons e maus, entre ditaduras aceitáveis, quando de esquerda, e inaceitáveis, quando de outra matriz política qualquer. Esta postura de superioridade moral da esquerda atravessa toda a década de 1980 e a de 1990, encontrando novo vigor no pós-comunista Bloco de Esquerda, mais libertário nos valores e menos puritano que o PCP, mas igualmente intransigente na demonização do adversário.

Também João Pereira Coutinho reconhece nunca ter alinhado com os ataques d'*O Independente* contra Aníbal Cavaco Silva, por nunca o ter considerado o arrivista de Boliqueime, caído de pára-quedas em Lisboa, para tomar conta do poder. Pelo contrário, via Cavaco Silva como uma Margaret Thatcher à medida de Portugal. Um político empenhado no aburguesamento da sociedade portuguesa e na modernização do país, aproveitando a integração na União Europeia. Apesar dos variadíssimos erros cometidos pelo caminho, Aníbal Cavaco Silva permanece uma figura ética, muito longe da personagem maquiavélica pintada pelo *Independente*.

Na mesma linha, Pedro Lomba recorda nunca ter compactuado com o anticavaquismo político d’*O Independente* que, nisso, não representava a voz daquele imenso povo português que, em 1975, reagiu contra o comunismo, em defesa das liberdades tradicionais. Revia-se neste povo e, por isso, integrará a comissão política da primeira eleição presidencial de Cavaco Silva, em 2006, reconhecendo a capacidade do antigo primeiro-ministro de conquistar eleitorado de forma transversal e em territórios onde nenhum partido de centro-direita alguma vez conseguira entrar.<sup>23</sup> Para Miguel Morgado, Aníbal Cavaco Silva é um dos três líderes mais marcantes do PSD, com Francisco Sá Carneiro e Pedro Passos Coelho.

Na análise de Pedro Marques Lopes, Aníbal Cavaco Silva simboliza a história bizarra da direita portuguesa, desde o 25 de Abril, que promoveu a ícone um político pouco ideologizado, desinteressado em interpretar a ortodoxia liberal e indisponível para se assumir como líder da direita. Cavaco é o estadista clássico da direita portuguesa: conservador nos valores, insensível ao cosmopolitismo — com quatro anos de doutoramento em York, sem nunca visitar os teatros de Londres, segundo os seus detractores —, atento à parcimónia financeira. Todos os tiques salazarentos que o tornaram o alvo perfeito para *O Independente*.

Estas análises retrospectivas retratam bem a postura dos jovens de direita da década de 1990. Os leitores mais novos compravam o pacote todo d’*O Independente*, inclusive o anticavaquismo como ingrediente da direita verdadeira, mas, na verdade, acolhiam Cavaco Silva como uma oportunidade importante para as pessoas começarem a viajar, a consumir, a frequentar a Universidade. O afã modernizador torna-se ainda mais premente após a queda da União Soviética, quando a vitória do liberal-conservadorismo ocidental parece já não ter barreiras a nível continental e global.

Alberto Gonçalves reflecte muito esta faceta da direita da altura, ao reconhecer que, na sua rede de amigos, as opiniões sobre Cavaco Silva eram bastante diferentes. O próprio nunca foi muito entusiasta de Cavaco Silva, possivelmente também por influência do semanário de Paulo Portas, que lia todas as semanas. Com o olhar

---

<sup>23</sup> António Sarmiento e João Madeira, *Jornal Económico*, 3 de Fevereiro de 2017.

actual mais distanciado, relativiza as críticas ao primeiro-ministro por provincianismo e deslumbramento com a Europa, principalmente se o compararmos com os que lhe sucederam no governo da Nação. Reconhece, contudo, no cavaquismo, a origem da subserviência face à União Europeia, do mito do bom aluno lígio às instituições europeias, da ilusão de Portugal próspero e em desenvolvimento, à custa da dopagem artificial dos fundos externos.

O economicismo e o desenvolvimentismo cavaquista são, para Miguel Morgado, o erro mais grave das direitas do fim do século xx. Naqueles anos, as direitas desertaram do combate cultural e prescindiram de ser a força motriz da cultura portuguesa. Não estavam interessadas nisso porque deixaram de o achar importante. O cavaquismo ficou satisfeito com o sucesso estrondoso da sua década e pensou não ser preciso um investimento no combate das ideias. Entre os partidos, o CDS foi complacente nisso, pelo menos até à tentativa de modernização de Manuel Monteiro, suportado pelo *Independente* de Paulo Portas. Na altura com vinte e poucos anos, Miguel Morgado não se revia propriamente naquelas tentativas do CDS de rejuvenescimento do espaço da direita, nem nos muitos aspectos perniciosos da cultura d'*O Independente*.

O escasso entusiasmo em relação à viragem à direita do CDS promovida por Manuel Monteiro (1992–1998) é bastante difuso entre estes jovens intelectuais, por considerarem a crítica dura do líder centrista à União Europeia, desde o Tratado de Maastricht de 1993, uma forma embrionária e inaceitável de populismo antieuropeísta à portuguesa. Naquele princípio da década de 1990, o eurocepticismo de Manuel Monteiro consegue algum êxito eleitoral: perante a crise do «partido do táxi», o CDS segura, com 12% nas europeias de 1994, os três eurodeputados conquistados por Lucas Pires em 1989 (14%), prelúdio da recuperação nas legislativas de 1995 (9% dos votos). Os jovens intelectuais de direita, contudo, não alinham, na sua generalidade, com esta fatia do eleitorado. Consideram legítima e fundamentada a preocupação com o défice democrático da União Europeia, mas apontam fragilidades de análise ao eurocepticismo português, do qual estigmatizam a ambiguidade no que diz respeito à saída de Portugal da Europa: uma hipótese, para eles, impensável perante as criticidades

do país e os compromissos internacionais. Além disso, não apreciam a estética do discurso de Manuel Monteiro, com a celebração da Pátria, dos costumes, dos valores, das fontes tradicionais da autoridade, num estilo desafinado em relação à vontade aberturista, desenvolvimentista e de autocrítica perante a falta de exigência e de melhoria do país.

Como é expectável, a crítica aparece menos contundente nos intelectuais mais próximos do partido. Paulo Pinto Mascarenhas, por exemplo, não descarta de todo a proposta de Manuel Monteiro. Na altura, ainda sem ligação ao CDS, Mascarenhas recorda ter apreciado a capacidade de Manuel Monteiro de desafiar o *statu quo* nos temas melindrosos como a integração europeia. Apesar de não coincidir plenamente com o *modus pensandi* do líder centrista, para o colunista d’*O Independente*, Manuel Monteiro representa, a partir de 1995, a oposição mais contundente ao governo socialista de António Guterres e à presidência da república de Jorge Sampaio, considerados pelos jovens intelectuais das direitas a versão portuguesa, plastificada, do blairismo britânico, sem grandes convicções, apesar dos proclamas. Ou seja, Monteiro representa um caminho possível para a direita portuguesa convergir com as congéneres europeias, na conjuntura favorável da véspera do novo milénio.

Para Morgado, contudo, feito o balanço da ausência de qualquer renovação assinalável, o PSD carrega as culpas mais graves, por ter abandonado por completo o campo de batalha da cultura. A convicção da eternização do PSD no poder à boleia do sucesso económico cavquista dos anos 1980 demonstrou ser uma grande ilusão, paga com a sucessiva dominação socialista. A direita portuguesa suicidou-se, pura e simplesmente, ao desistir do seu papel de interlocutor central no debate cultural e intelectual, importantíssimo em qualquer democracia europeia de qualidade.

Insatisfeitos com os rumos políticos nacionais, os jovens intelectuais de direita procuram, nos anos da universidade na pátria ou das pós-graduações no estrangeiro, sinais de abertura de um novo ciclo histórico, de onde surja uma nova elite à altura do desafio da direita, perante os escombros das esquerdas na década de 1990. No geral, a cena política portuguesa deste período não é famosa. Na esquerda, o PS sofre contínuas mudanças de liderança, todas bastante fracas e

incapazes, desde a presidência de Vítor Constâncio de 1986–1988, no que toca a corroer a imagem do PSD como grande partido nacional. Na direita, o PSD, embora avantajado, frustra as expectativas dos jovens intelectuais: a indefinição política de Cavaco Silva é ultrapassada, pela direita, por históricos do partido com projecção mediática — é o caso de Marcelo Rebelo de Sousa, director d’*O Semanário* no fim da década de 1980 —, e, pela esquerda, pela Juventude Social Democrata (JSD). A JSD, liderada desde 1990–1991 por Pedro Passo Coelho, destaca-se pela pressão exercida sobre o partido em matérias sensíveis, como as políticas de educação, o serviço militar obrigatório, a liberalização dos costumes, entre outros assuntos. Esta oposição interna é bastante incómoda para Aníbal Cavaco Silva, em razão do peso parlamentar da JSD, com uma patrulha de mais de uma dezena de deputados, integrada na bancada parlamentar do PSD, com autonomia e capacidade suficientes para influenciar a agenda legislativa e governativa.

A clivagem entre os jovens liberalizadores de Pedro Passos Coelho e os mais velhos institucionalistas à volta de Cavaco Silva — detentores das rédeas do partido desde 1974 — esmorece apenas com a saída do PSD do poder, em 1995. A partir daí, também o PSD sofre crises de liderança, com a sucessão de presidentes — Fernando Nogueira (1995–1996), Marcelo Rebelo de Sousa (1996–1999), José Manuel Durão Barroso (1999–2004) —, pouco ou nada apelativos para os jovens intelectuais de direita, na altura ainda distantes da intervenção política directa e mais concentrados na formação académica pessoal, e no começo das respectivas carreiras. Aos seus olhos, o maior partido do centro-direita aparece apenas como um replicador de fórmulas repetitivas, gastas, em nada inovadoras. Se Fernando Nogueira é considerado apenas uma opção de transição do pós-cavaquismo, o social-conservadorismo de Marcelo Rebelo de Sousa frustra as expectativas reformistas e liberalizantes dos mais novos, que vêem naquele estilo paternalista, mais que popular, uma sedimentação da retórica de aproximação aos coitadinhos, típica da elite do Estado Novo.

Na percepção de Vasco Rato, a área liberal-conservadora em meados dos anos 1990 não constituía propriamente um grupo organizado, encontrando-se muitos dos seus futuros dinamizadores ainda no estrangeiro. Rui Ramos, por exemplo, continuava no Reino Unido. Luciano

Amaral transfere-se, em 1995, para o European University Institute de Florença (Itália) — onde priva com o colega de doutoramento Miguel Poiares Maduro — e passa algumas temporadas em Londres como *visiting scholar*, aprofundando os estudos dos economistas e dos juristas liberais Friedrich Hayek, Ludwig von Mises, John Rawls, entre outros, com os quais acaba por se identificar.

Na alvorada do novo milénio, as expectativas reformistas são capitalizadas por Durão Barroso, que, já no congresso de 1995 no Coliseu de Lisboa, concorre e perde para Fernando Nogueira, mas conquista o apoio da JSD de Passos Coelho, em virtude do alegado projecto liberalizante para o partido. Apesar do favor relativo de que goza, Durão Barroso desperta muitas reservas entre os jovens académicos próximos do PSD, devido à questão europeia. Em 2001, alguns deles criam o heterogéneo movimento Pensar Portugal. O movimento é composto por pessoas próximas dos partidos de centro-direita, todas com orientação liberal-conservadora. Entre eles, Vasco Rato, Miguel Freitas da Costa, Teresa Leal Coelho, Luís Coimbra, Pedro Passos Coelho (regressado à política após o parêntese universitário a partir de 1996) e Paulo Teixeira Pinto (antigo secretário de estado de Cavaco Silva, com peso nas discussões internas nas direitas entre a saída de Cavaco e a entrada de Passos Coelho).

O Pensar Portugal — nome posteriormente assumido por Pedro Passos Coelho como *slogan* no congresso de conquista da liderança do PSD — intervém no espaço público através de conferências com críticos do *statu quo* — é o caso de Henrique Medina Carreira — e das páginas do *Diário Económico*, onde os seus animadores assinam, rotativamente, uma coluna de opinião. O cimento de Pensar Portugal é a questão da integração de Portugal na Europa, cuja aceleração nos anos 1990, antes do Tratado de Lisboa, decorria sem qualquer debate alargado no espaço público. O automatismo irreflectido do processo de integração preocupa os intelectuais do Pensar Portugal, que consideram importante a realização de um referendo sobre o tema, para consciencializar a opinião pública e fortalecer, assim, a democracia. Embora todos os promotores do Pensar Portugal fossem declaradamente antifederalistas, o debate público visava evitar os perigos de eventuais reacções antieuropeístas ou eurocépticas nas direitas e no país em geral,



caso se verificasse alguma crise. Esta preocupação não é partilhada por Durão Barroso, presidente do PSD desde 1999, que, nisso, integra perfeitamente — na opinião destes intelectuais — a elite portuguesa, desinteressada do debate alargado e empenhada apenas em respeitar os ditames da União Europeia. Aqui, o presidente do PSD desilude a direita reformadora interna, crítica deste pragmatismo burocrático, insensível à promoção de uma cidadania madura em matéria europeia e mais propenso à exploração de Bruxelas como bode expiatório ou bóia de salvação, caso as coisas corram mal. Por isso, os intelectuais de direita vêem a nomeação de Durão Barroso a primeiro-ministro, em 2002, como fruto menos do mérito pessoal do líder social-democrata e mais da sorte pelo fracasso autárquico do PS, causa da queda do governo de António Guterres.